



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1002393-41.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços**
 Exequente: **Reginaldo Baffa**
 Executado: **Marcio Aurelio Bernardi**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Tomo a manifestação de fl. 11 como embargos à execução.

Observo que a pretensão do embargado está alicerçada no contrato de fl. 05, relativo a serviços prestados pelo mesmo.

A despeito do destinatário deles ser terceira pessoa, o embargante assumiu a condição de satisfazer o pagamento pelos mesmos, ostentando portanto condição para figurar no polo passivo da relação processual.

De outra parte, não foi suscitada dúvida consistente sobre a higidez do documento ou arguido fato objetivo que pudesse obstar o pleito exordial.

O quadro delineado conduz à rejeição dos embargos à minguia de elementos sólidos que maculassem os atributos inerentes ao título executivo que instruiu a execução ou firmassem a certeza de que o embargado adimpliu ao que se comprometera.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTES** os embargos, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Oportunamente, prossiga-se na execução.

P.R.I.

São Carlos, 05 de junho de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**